A missão de Santa Teresa: a exclusão dos indígenas na história da fundação da cidade de Imperatriz (MA)

Francisco Chagas Vieira Lima Júnior*

Resumo

O presente artigo aborda as origens históricas da cidade de Imperatriz-MA, tendo como objetivo resgatar o lugar dos indígenas na história da fundação dessa cidade. Nesse sentido, busca desconstruir a imagem amplamente consagrada pela historiografia oficial local, que representa a fundação da referida cidade como a instituição de uma colônia civil-militar. Assim sendo, busca caracterizar esta imagem como uma visão anacrônica e deformada, forjada a partir de interesses políticos e por ideologias étnico-exclusivistas. Desse modo, pretende-se apresentar indícios de que a cidade de Imperatriz-MA foi fundada, originalmente, como uma "missão" (a assim chamada "Missão de Santa Teresa"), relacionada ao processo de catequese dos nativos da região, ressaltando, assim, a importância atividade missionária de Frei Manoel Procópio do Coração de Maria no processo de colonização da região do Alto Tocantins.

Palavras-chave: Missão. Colonialismo. Catequese. Exclusão.

Abstract

The present article discusses the historical origins of the city of Imperatriz-MA, with the aim of rescuing the place of indigenous people in the history of the founding of this city. In this sense, it seeks to deconstruct the image enshrined in the official historiography largely local, which represents the foundation of that city as the institution of a civil-military colony. Therefore aims to describe this picture as an anachronistic and distorted vision, forged from political interests and ideologies of ethnic-exclusive. Thus, we intend to present evidence that the city of Imperatriz-MA was founded originally as a "mission" (the so-called "Mission of St. Teresa", related to the process of catechesis of the natives of the region, noting, thus the importance of missionary activity ofFrei Manoel Procópio do Coração de Maria in the process of colonization from the upper Tocantins.

Key words: Mission. Colonialism. Catechesis. Exclusion.

* **FRANCISCO CHAGAS VIEIRA LIMA JÚNIOR** é Pós-Graduando em Metodologia do Ensino na Educação Superior pela Faculdade Internacional de Curitiba – FACINTER.

Visão panorâmica do centro da cidade de Imperatriz ao Rio Tocantins, no horizonte
Fonte: acervo pessoal

1. Considerações preliminares

Tendo mais de um século e meio de existência, a história da cidade de Imperatriz vem sendo resgatada por diversos pesquisadores, escritores, jornalistas, professores, graduandos e historiadores competentes, através de busca, coleta e análise de material informativo oriundo de diversas fontes históricas, sejam orais ou documentais. No entanto, a história das origens da cidade ainda sofre um significante estado de carência, já que poucos são os trabalhos focados nos acontecimentos que giraram em torno de sua fundação, a qual, além disso, apresenta diversas incompreensões, incoerências, erros e mitos, defendidos pela historiografia oficial, e que precisam ser analisados e corrigidos com perícia e rigor.

Uma dessas incompreensões e incoerências consiste na ideia amplamente difundida de que o missionário religioso Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, pertencente à ordem dos carmelitas, incumbido pelo o governo da Província do Pará de aldear e catequizar indígenas e tendo se dirigido ao leste da região conhecida como "Bico do Papagaio" com o fim de estabelecer uma missão indígena, inexplicavelmente resolve fundar uma colônia civil-militar – sem colonos, sem militares e sem a autorização do governo da Província. Apesar da óbvia inconsistência dessa versão, a mesma vem sendo divulgada e comemorada, todos os anos, como marco primordial.

Assim, o presente artigo tem como objetivo mostrar que essa versão da história da fundação da cidade de Imperatriz-MA carece de fundamentação histórica, sendo mais coerente a ideia de que a cidade começou como uma missão relacionada ao processo de catequização e colonização de nativos. Além disso, visa apresentar indícios de que a atuação tradicionalmente atribuída a Frei

Manoel Procópio em Santa Teresa, como fundador de uma colônia militar, constituiu um anacronismo criado por escritores a historiares posteriores a partir de leituras equivocadas de documentos históricos - um equívoco posteriormente integrado e perpetuado pelos demais escritores e pesquisadores da atualidade. Para isso, o presente artigo fundamenta-se numa análise documental e bibliográfica, abordando as fontes oficiais das províncias do Pará e Maranhão a partir de uma perspectiva crítica, e as fontes historiográficas a partir de uma análise comparativa, com o fim de alcançar uma visão histórica mais contundente e autêntica sobre a história da fundação da cidade.

2. O s antecedentes da história da fundação de Imperatriz-MA

No início do século XIX, o processo de interiorização do território brasileiro ainda estava em andamento. Nas décadas que seguiram à publicação da Carta Regia no ano de 1798, o governo imperial havia passado a investir e promover meios para descobrir e navegar os principais rios interinos do país, que levavam para regiões ainda desconhecidas e habitadas por nativos. (MARQUES, 1864, p. 8).

A exploração da navegação fluvial no país era importante para o estabelecimento de comercio entre as diversas províncias do império e para a produção agropecuária. Um desses rios que precisava ser navegado e explorado era o Rio Tocantins. A região designada como "Alto Tocantins" havia sido apenas parcialmente explorada, contando com poucas áreas colonizadas. Essa região abrangia o território fronteiriço entre as províncias do Pará, Goiás e Maranhão, região esta potencialmente promissora para o desenvolvimento do comercio interestadual (BARROS, 1993).

Um dos grandes obstáculos oferecidos pelo rio Tocantins para a navegação fluvial exploratória e colonizadora, porém, eram as cachoeiras de Itaboca, localizada no Remansão (atual Tucuruí, cidade do Pará, distante de Imperatriz em mais de 300km), região considerada a porta de entrada para o Alto Tocantins. A existência dessas cachoeiras foi um dos fatores responsáveis pelo entrave na penetração na América do Sul desde os inícios da era colonial (DEMÓSTENES, 1947, p. 61). Nesse ínterim, muitas foram as embarcações que não conseguiram ultrapassar o referido ponto, e muitos foram os indivíduos que perderam suas vidas tentando realizar tal empreitada.

Assim sendo, no início do ano de 1849, o governo da Província do Pará designou uma comitiva com o fim de fundar uma colônia militar "nas proximidades da cachoeira Itaboca, contanto que reúna os quesitos de segurança, salubridade e fertilidade. A nova colônia será denominada Santa Teresa do Tocantins" (PARÁ, 1849, p. 139). Foi designado para a liderança da expedição um tenente-coronel (João Roberto Ayres Carneiro), encarregado de chefiar a expedição, e um tenente (Constâncio Dias Martins), encarregado de comandar o futuro presídio que ali deveria ser edificado, além de dirigir a colônia. Junto a estes, o carmelita baiano Frei Manoel Procópio do Coração de Maria foi encarregado de fundar missões não somente em Itaboca, mas também ao longo da trajetória do Rio Tocantins, em São João do Araguaia e no restante da região dentro dos limites territoriais da Província do Pará. Assim, com a presença da força militar e de um representante da religião oficial, estava formada a chamada "Expedição para Exploração e Colonização do Alto Tocantins", a qual seguiu do porto de

Belém em junho de 1849, rumo ao sul, subindo o rio Tocantins com 11 (onze) embarcações e 92 (noventa e dois) colonos e suas famílias. (loc. cit.).

Em apenas 3 (três) meses, no dia 15 de outubro do mesmo ano (no dia de Santa Teresa D'ávila), a Expedição chegou ao local determinado, estabelecendo, de fato, em Itaboca a colônia militar de Santa Teresa do Tocantins. (PARÁ, 1850, p. 17-22). As expectativas sobre o futuro da colônia eram promissoras, porém, três grandes epidemias de febre na região dizimaram grande parte dos colonos nos meses que se seguiram. Muitos morreram, outros desistiram, fugindo para diversas regiões ou retornando à capital da província (Belém). Cerca um terço da população da colônia foi diminuída. Aproximadamente em abril de 1850, a colônia militar de Santa Teresa do Tocantins foi totalmente abandonada e extinta. Os integrantes da expedição voltam à capital, enquanto os restantes foram enviados para outras colônias. Esse foi o fim da expedição do Alto Tocantins.

3. A atividade missionária de Frei Manoel Procópio

Chegada de Frei Manoel Procópio, com duas famílias e quatro praças, ao território de Imperatriz (obra do artista plástico Francisco Gonçalves)
Fonte: acervo da família Cortez Moreira

A importância das missões religiosas era clara para as autoridades civis, sendo que, mediante do estabelecimento de um aldeamento indígena, o território circunvizinho poderia ser "pacificado", tornando-se próprio e adequado para a recepção de colonos e, assim, para a implantação de atividades produtivas essenciais para a manutenção da economia da metrópole.

Por diversos anos, durante a época do Brasil Império, a partir da transferência da Corte portuguesa em 1808, a repressão às sociedades indígenas, caracterizada por intensas ações militares, visando intimidar, controlar ou eliminar, foram frequentes. Os resultados, porém, nem sempre eram satisfatórios. Por esse motivo, a utilização de "meios brandos", ao invés do uso da força e violência, passou a

constituir uma prioridade para o governo (cf. PARÁ, 1848, p. 103-104; 1852, p. 83). Foi nesse sentido que o historiador do Amazonas, Arthur Reis, teceu elogios ao tratamento concedido pelos carmelitas aos indígenas, o qual concedeu mais frutos que as investidas militares da metrópole (REIS, 1989, p. 74).

Desse modo, foi esta designação imposta a Frei Manoel Procópio, incumbido de fundar uma "missão" na região com o fim de pacificador e catequizador de povos indígenas (PARÁ, 1849, p. 83). Geralmente, aos missionários não era dada a tarefa de "fundar" colônias militares, mas apenas de auxiliar, já que a fundação de colônias militares propriamente ditas ficaria a cargo de tenentes-coronéis e outros componentes da alta hierarquia militar. Com bastante frequência, porém, a historiografia tradicional da cidade fala sobre uma "missão" de fundar colônia militar, outorgada pelo governo provincial à pessoa de frei Manoel Procópio (CARVALHO, 2000; SANCHES, 2003). No entanto, trata-se apenas de um erro semântico. No contexto da história colonizadora e missionária do Brasil, o termo a "missão" possuiu sentido apostólico, ou seja, um sentido religioso, fazendo referência à atividade missionária de um religioso cuja função consiste na pregação em locais onde sua religião ainda não foi difundida. Nesse mesmo contexto, o termo a "missão" também se refere ao assentamento onde um missionário se estabelecia, denotando, assim, um aldeamento ou um conjunto de aldeamentos indígenas coordenados por um religioso. (cf. LEMOS, 2006; BRANDT, 2006).

Voltando ao fio da narrativa, em meados de 1850, logo após o fracasso da colônia de Santa Teresa em Itaboca, Dias Martins e Procópio se dirigem a São João do Araguaia, o primeiro com a incumbência de dirigir o presídio que já existia na região e fundar uma colônia militar naquele lugar, e o segundo com a missão de catequizar e aldear os indígenas da região. (PARÁ, 1850, p. 19). Entre os anos de 1850 e 1852, a atividade de Frei Manoel Procópio se concentrou na região ao sul de São João do Araguaia, contudo, jamais descendo a regiões mais distantes, como Boa Vista (atual Tocantinópolis) e Carolina.

Deve-se frisar que toda a região ao norte de Boa Vista (atual Tocantinópolis), na margem oposta, era conhecida, desde o início daquele século, como uma região perigosa, devido à fúria e a belicosidade dos índios integrantes dos povos Timbira. (FRANKLIN, 2005, p. 17; cf. CASTELNAU, 1850).

Assim, dado o conhecimento de que aquela área constituía um território de risco aos colonizadores e aos viajantes do Rio Tocantins, Procópio optou por adentrá-la para cumprir sua designação religiosa, mas de fundo político: converter, catequizar e aldear aqueles povos indígenas. Por isso, entre os anos de 1850 e 1852, o missionário tentou manter contato com esses índios no Araguaia e Tocantins, tentando convencê-los a se estabelecerem no território da Província do Pará. Mediante a instituição de uma missão na margem oriental do Rio Tocantins, a navegação tornar-se-ia possível e mais segura, o que contribuiria principalmente para a expansão do comercio. Contudo, não poderia haver qualquer povoação ou colonização na área enquanto aqueles nativos não fossem apaziguados, por causa dos clássicos conflitos entre indígenas e brancos.

No início de 1851, Frei Manoel

Procópio se dirigiu à margem oriental do rio, no território que mais tarde pertenceria a Província do Maranhão. Meses mais tarde, Procópio alcançou sucesso na catequização de alguns nativos, aldeando-os em um lugar chamado "Campo dos Frades" (atual povoado do município de Cidelândia) (PARÁ, 1851, p. 57-58). O assentamento de uma missão em Campo dos Frades serviria para apaziguar os indígenas da região através de "meios pacíficos". Porém, tal assentamento não obteve sucesso e o frade teve que abandonar o local (cf. BARROS, 1996, p. 26). Assim, Procópio partiu em busca de um novo território com o objetivo não de fundar colônia, mas de estabelecer uma nova missão.

4. A fundação da Missão de Santa Teresa e sentido da exclusão dos indígenas na história da cidade

De acordo com o relato datado do ano de 1870 do escritor César Marques (2008), Frei Manoel Procópio chegou, no dia 16 de julho de 1852, ao local que passou a ser designado com o mesmo nome da colônia extinta 3 (três) anos antes em Itaboca. Devido, evidentemente, a este homônimo, escritores posteriores atribuíram a essa data o marco inicial da fundação de uma nova colônia civil-militar denominada "colônia de Santa Teresa do Tocantins" (cf. CARVALHO, 2000). Porém, é nesse ponto que as dúvidas e incoerências começam a aparecer.

Segundo Marques, o número de colonos que Procópio trazia quando chegou ao local era de apenas 2 (dois) colonos, somado às suas respectivas famílias e praças – um número extremamente inferior ao total de 92 (noventa e dois) colonos que vieram junto à Expedição do Alto Tocantins em 1849 e que fundaram a extinta colônia militar de Santa Teresa em Itaboca. Além disso, a cifra de 2 (dois) colonos choca-se com diversas outras experiências análogas sobre criação de colônia, pois para que uma colônia pudesse ser bem sucedida, deveria conter um significativo número de colonos, composto na casa das dezenas ou das centenas, geralmente designados pelo governo (cf. MARANHÃO, 1856, p. 22). Do mesmo modo, o número e o *status* de militares que acompanham Procópio e seus colonos também levantam suspeitas: apenas 4 (quatro) praças (um posto inferior na hierarquia militar) estabeleceram-se no território. O próprio governo da província do Pará havia dado exemplo disso, ao enviar, junto à Expedição do Alto Tocantins, representantes do alto escalão das forças militares (junto aos quais acompanhavam diversos outros militares de menor categoria), com o fim de fundar a referida colônia de Santa Teresa no Itaboca.

Outro problema consiste no fato de essa nova Santa Teresa constituir, nos documentos provinciais, uma "colônia invisível"; ou seja, nenhum documento provincial do Pará e do Maranhão anterior ao ano de 1855, faz qualquer alusão a uma *colônia* de Santa Teresa, mas somente a uma *missão* de Santa Teresa. De fato, o governo provincial do Pará jamais reconheceu uma colônia de nome Santa Teresa, fundada em 1852 por Frei Manoel Procópio em qualquer localidade no território que se estende desde São João do Araguaia e Boa Vista. O próprio governo provincial do Maranhão somente veio a reconhecer essa colônia muitos anos depois. Além dessa lacuna, existe uma clara referência em um documento oficial datado de 1864, de que uma nova colônia de Santa Teresa ainda deveria ser fundada em tempos posteriores (cf. PARÁ, 1864, p. 32) – o que significa

que não houve, sob a égide da Província do Pará, refundação da colônia de Santa Teresa depois do episódio do Itaboca. O fato de o local onde Procópio estabeleceu Santa Teresa já pertencer, nessa época, ao território da Província do Maranhão não explica esse problema, haja vista que o missionário, bem como sua missão, continuou sob o comando do governo provincial do Pará (cf. MARANHÃO, 1856, p. 69-70).

A explicação para essas incongruências pode vir à luz quando se considera o desejo de escritores posteriores em retratar a Missão de Santa Teresa com os contornos de uma época posterior, quando a mesma já havia incorporado um número significativo de colonos brancos e já fora elevada à categoria de Vila (a partir do ano de 1862), momento este em que estava começando a despontar social, política e economicamente. A leitura da obra de César Marques, por exemplo, revela pouco interesse, da parte do autor, em falar sobre os momentos iniciais da então recente vila, sendo que o mesmo ofereceu apenas uma descrição rápida e obscura desses momentos. Em contrapartida, os acontecimentos que caracterizam a instalação da vila receberam um tratamento melhor, mediante descrição detalhada e rica em apresentação de documentação. Assim, César Marques resume todo o período que corresponde à fundação de Santa Teresa por Frei Manoel Procópio mediante a mera expressão "primeiros elementos" - isto é, da Vila Nova de Imperatriz, prisma de toda sua narrativa sobre Santa Teresa. (MARQUES, 2008).

Além disso, a época de Marques também foi marcada pelo etnocentrismo decorrente das perspectivas religiosas, filosóficas e científicas do século XIX, bem como decorrente do ideal colonizador e civilizador pregado pelo governo imperial. Nesse sentido, a imagem ideal de uma vila provincial recém-fundada, na qual alocavam-se distintas personalidades dos âmbitos políticos, econômicos e militares, era uma imagem adequada aos ditames da sociedade brasileira. Tal imagem também era almejada não somente pelas muitas famílias que começaram a fixar-se, logo nos primeiros anos após o estabelecimento da missão, dentro da região, mas, principalmente, pelos proprietários de terra e de gado que, após o apaziguamento dos nativos por Procópio, começaram a exercer maior domínio sobre a região. Por outro lado, o cenário estranho, selvagem, incivilizado e afundado na ignorância, bem como marcado pela ausência da razão e da fé cristã, característicos dos momentos iniciais de Santa Teresa, apesar de possuir maior historicidade, não constituía a imagem mais adequada para aquele momento histórico.

Assim, o desejo de conceber Santa Teresa como uma verdadeira colônia metropolitana por nascimento – uma entidade que progrediu seguindo uma linha reta, sem rupturas, a partir de uma pequena "colônia" até alcançar o *status* de vila – contribuiu para o obscurecimento da configuração inicial da história da fundação de Imperatriz-MA. Do mesmo modo, os nativos que com Procópio estabeleceram-se na Missão de Santa Teresa foram expurgados das narrativas históricas (inclusive das de César Marques) sobre a fundação da cidade, fato evidenciado pelas constantes e significativas doses de discriminação e violência perpetradas contra os nativos na história de Imperatriz ao longo do século XIX (cf. DODT, 2008, p. 98-99).

5. A controvérsia sobre a criação da Vila Nova de Imperatriz

Entre as diversas questões levantadas pela historiografia da cidade, uma questão em especial merece ser discutida: por que as fontes históricas oficiais só começam a relatar nominalmente a "Colônia de Santa Teresa" a partir do ano de 1856? A resposta para essa questão pode residir na problemática da fundação da Vila Nova de Imperatriz e na cisma entre as povoações de Santa Teresa e Porto-franco.

Ressalta-se que em apenas dois ou três anos depois de sua fundação, Santa Teresa já estava agregando uma aglomeração significativa de homens brancos e, devido a sua localização relativamente estratégica no curso do rio Tocantins, os contatos entre navegantes e colonos aumentariam significativamente nos anos que se seguiram ao início da atividade missionária de Procópio na região. No entanto, outro povoado, fundado ao sul do território de Santa Teresa, também estava em processo de desenvolvimento: Porto Franco. O processo de povoação dessa localidade foi diferente ao de Santa Teresa; Porto Franco não foi fundado por missionário, mas por agricultores oriundos de Boa Vista, que ficava defronte à mesma. Tal processo de povoação começou em 1854, atingindo um auge de desenvolvimento entre os anos de 1858 a 1878. (RODRIGUES, 2001, p. 135).

Em agosto de 1856 ocorre um fato que para a historiografia oficial constituiu um dos mais importantes marcos da história de Imperatriz: a lei provincial n.º 398 de 27 de agosto de 1856 estipula que um território próximo a Santa Teresa fosse elevado a categoria de vila (MARANHÃO, 2010 [online]).

Porém, ao contrário do que comumente se acredita, tal lei de forma alguma estipula que Santa Teresa seria a sede da então criada Vila Nova de Imperatriz. Não se trata de elevação de categoria, mas de estabelecimento de uma nova vila, algo comum nos tempos do Império. A região maranhense fronteiriça à vila de Boa Vista do Goiás não era Santa Teresa, e sim Porto Franco. Porém, foi somente em 09 de junho de 1859 a lei passou a ter efetividade, fazendo com que a Vila Nova de Imperatriz sediasse oficialmente em Porto Franco. Entretanto, devido a acirradas disputas entre políticos, juristas e autoridades locais, em 05 de dezembro de 1862, o governo decidiu sediar a vila em Santa Teresa.

César Marques afirmou prontamente que o estabelecimento de uma vila no território defronte a Boa Vista constituiu um "erro", e que, nos anos que se seguiram, o governo imperial desempenhou esforços no sentido de corrigi-lo. No entanto, o que de fato ocorreu nos anos seguintes foi que a influência política dos "poderosos" da região (donos de engenhos e proprietários de gado que, desde vários anos, tentavam adentrar a região, impedidos, somente, pelo ataque dos nativos não-civilizados) determinou que a sede da nova vila deveria ficar com Santa Teresa (MARQUES, 2008; cf. CABRAL, 1992).

Em outras palavras, por causa da alegada indefinição do local exato onde deveria ser estabelecida a vila, as principais "autoridades" da cidade viram uma oportunidade de fazer Santa Teresa (e a si mesmos) prosperarem naquela região inóspita, e passaram a lutar com afinco para modificar o sentido original da lei provincial n.º 398, de modo que a mesma concedesse

categoria de vila a Santa Teresa. Entre essas autoridades destacou-se o próprio Frei Manoel Procópio, que havia deixado o oneroso cargo de missionário para delegar um povoado em ascensão.

Assim, a partir do momento em que o missionário encontrou-se desvinculado às exigências originais estipuladas pela Província do Pará sobre catequização e aldeamento indígena na região, e vendo quão infrutíferas estava sendo sua missão, passou a exercer um papel diferente, não mais o de aleador de nativos, mas o de colonizador da região. Por isso, investiu esforços no sentido de fazer de Santa Teresa, sua antiga missão, um povoado, e de estabelecer ali, em 1856, a Vila Nova de Imperatriz, contra sua principal rival, Porto Franco.

Desse modo, em plena virada dos anos 1850 para 1860, no auge da disputa política entre Santa Teresa e Porto Franco pelo título de Vila Nova de Imperatriz, a missão que Frei Manoel Procópio estabelecera naquela localidade já havia sido deixada para trás: "Há um aldeamento [...] em Santa Teresa do rio Tocantins [...] no mesmo estado dos antecedentes [...] em completa decadência" (PARÁ, 1859, p. 59). Em outras palavras, a missão indígena de Santa Teresa, já em estado pleno de declínio, cedeu lugar a algo mais precioso aos olhos do governo imperial, uma colônia que, em iminência de ser elevada à categoria de Vila, gozava de ascendência progressiva e que mais tarde, no ano de 1924, seria elevada à categoria de cidade, vindo então a constituir a segunda cidade do Estado e uma das cidades mais promissoras do país.

6. Considerações finais

O presente artigo tentou mostrar que o estabelecimento de missão para catequização indígena por parte de Frei Manoel Procópio constituiu o aspecto primário de sua atividade na região; a povoação da região por civis constituía um aspecto secundário, de igual modo importante, mas que não poderia ser realizado sem a concretização do primeiro.

Porém, a obra evangelizadora primordial de Frei Manoel Procópio, como catequizador e fundador de uma missão no território da atual cidade de Imperatriz, assim como seu papel frente ao povo indígena, têm sido elementos obscurecidos pelo desejo de conceber a cidade de acordo com as formas idealizadas de uma cultura dominante. Essa atividade catequética frente aos indígenas foi ofuscada por imperativos políticos e por ideologias etnocêntricas, dentro de um processo que acabou por retrojetar a uma missão indígena uma imagem que se adequava aos interesses de nova época e situação de vida, uma imagem de uma legítima colônia metropolitana equiparável às demais.

Assim, pois, as disputas políticas, que alterando a legislação, fizeram que Santa Teresa, e não Porto Franco, recebesse o título de vila, somado ao etnocentrismo da obra de César Marques, foram os fatores que contribuíram para uma visão mais esbranquecedora (isto é, "desaboriginizada") das origens da cidade, a partir do ano de 1856, contribuindo para o arrefecimento do papel eminentemente catequizador existente nas origens de nossa cidade. Nessa história, porém, os índios que habitavam a região, os primeiros a se situar na atual Imperatriz e o motivo primordial da vinda de Frei Manoel Procópio, abrindo as portas para a colonização, foram relegados ao ostracismo na história da cidade, e deslocados para viver em outros municípios e áreas devolutas com

pouquíssimos hectares para viver.

Diante dos dados apresentados no decorrer desse artigo, constata-se quão prescindível constitui a análise e o debate sobre os problemas que a historiografia oficial e suas tradições históricas. São questões que precisam ser discutidas para que se possa proporcionar ao público imperatrizense, bem como aos demais interessados, uma visão sóbria e contundente sobre as origens dessa importante cidade. Assim, esperamos, com este trabalho, que possa haver uma melhor compreensão sobre as verdadeiras causas que vieram a contribuir para a fundação da cidade de Imperatriz-MA, bem como um novo olhar sobre o papel dos povos indígenas em nossa história.

Referências

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Imperatriz:** memória e registro. Imperatriz-MA: Ética, 1996.

_____. **História da fundação de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 1993.

BRANDT, Hermann. **O encanto da missão:** ensaios de missiologia contemporânea. Tradução de Walter O. Schlupp e Luís M. Sander. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

CABRAL, Maria do Socorro. **Caminhos do Gado***:* Conquista e Ocupação do Sul do Maranhão. Maranhão/MA: SECMA, *1992*.

CARVALHO, Carlota. **O sertão:** subsídios para a história e a geografia do Brasil. 2.ed. Imperatriz: Ética, 2000. (obs.: documento escrito por volta dos anos de 1920).

CASTELNAU, Francis de Laporte de. **Expédition dans les parties centrales de l'amérique du sud**. Paris: Chez P. Bertrand, Libraire-Éditeus, 1850.

DEMÓSTENES, Manuel. **Estudos sobre a nova capital do Brasil.** Rio de Janeiro: Agir, 1947.

DODT, Gustavo. **Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi.** 4.ed. Imperatriz: Ética, 2008. (obs.: documento datado do ano de 1873).

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, *2005*.

LEMOS, Maria Teresa T. Brittes. **Religião, violência e exclusão.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

MARANHÃO. Lei provincial n.º 398 de 27 de agosto de 1856. **Câmara Municipal de Imperatriz**. Disponível em: < http://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/conteudo/6/historico > Acesso em: 20 out. 2010.

_____. Província**. Relatório que á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1856 o exmo. presidente da província, Antônio Cândido da Cruz Machado.** Maranhão: Tipografia Constitucional de I.J. Ferreira, 1856.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão.** 3.ed. rev. e atual. São Luis: AML, 2008. (obs.: documento datado do ano de 1870).

_____. **Apontamentos para o dicionario histórico, geográfico, topográfico e estatístico da província do Maranhão.** Maranhão: Tipografia do Frias, 1864. (Biblioteca de Stanford University, 1891).

PARÁ. Província. **Fala dirigida pelo exmo sr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Grão-Pará, á Assembleia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1848**. Pará: Tipografia de Santos & filhos, 1848.

_____. **Fala dirigida pelo Exmo. sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram Pará a Assembleia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura, no dia 1.º de Outubro de 1849.** Pará: Tipografia de Santos & Filhos, 1849.

_____. **Relatório feito pelo exmo sr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente desta província, e entregue ao 1.o vice presidente em exercício, o exmo sr. dr. Ângelo Custodio Corrêa, no dia 1.o de agosto de 1850.** Pará: Tipografia de Santos & filhos, 1850.

_____. **Relatório do presidente da província do Gram Pará, o exmo sr Dr. Fausto Augusto d'Aguiar, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da assembleia provincial, no dia 15 de Agosto de 1851.** Pará: Tipografia de

Santos & Filhos, 1851.

_____. **Relatório apresentado ao exmo sr. dr. José Joaquim da Cunha, presidente da província do Grão-Pará, pelo comendador Fausto Augusto d'Aguiar por ocasião de entregar-lhe a administração da província no dia 20 de agosto de 1852.** Pará: Tipografia de Santos & filhos, 1852.

_____. **Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província do Pará na segunda sessão da XI legislatura pelo exmo sr. tenente coronel Manoel de Frias e Vasconcelos, presidente da mesma província, em 1 de outubro de 1859.** Pará: Tipografia Comercial de A.J.R. Guimarães, 1859.

_____. **O Tocantins e o Anapú. Relatório do secretario da província.** Pará: Tipografia de Frederico Rhossard, 1864.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **História do Amazonas.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1989.

RODRIGUES, Lysias. **O Rio Tocantins.** 2.ed. Palmas/TO: Edição de Alexandre Acampora, 2001.

SANCHES, Edmilson. (org.) **Enciclopédia de Imperatriz*:*** 150 anos: 1852-2002. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.